Outra alteração introduzida pela Emenda Constitucional nº 117, comparativamente à anterior norma constante do artigo 44 da Lei nº 9.096/95, está no prazo para aplicação futura dos recursos não utilizados na ação afirmativa em exercícios financeiros anteriores. O artigo 2º da Emenda Constitucional nº 117 dispôs que "aos partidos políticos que não tenham utilizado os recursos destinados aos programas de promoção e difusão da participação política das mulheres ou cujos valores destinados a essa finalidade não tenham sido reconhecidos pela Justiça Eleitoral é assegurada a utilização desses valores nas eleições subsequentes (...)", e não mais no exercício financeiro subsequente.

Essa obrigação deverá ser cumprida até as eleições subsequentes ao trânsito em julgado da presente decisão.

Mantida a irregularidade apontada pela unidade técnica, deve o partido transferir o valor de R\$ R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), até as eleições subsequentes ao trânsito em julgado para conta bancária específica de incentivo à participação política feminina.

Ante o exposto, DESAPROVO a prestação de contas em análise, nos termos do artigo 45, III, da Resolução TSE nº 23.604/19. Não obstante, dispõe o artigo 46 da Resolução TSE nº 23.604/2019 que, em caso de recebimento de recursos de fontes vedadas sem que tenham sido adotadas as providências de devolução ao doador originário ou o recolhimento ao Tesouro Nacional, o partido ficará sujeito a suspensão da distribuição dos recursos do fundo partidário pelo período de 1 ano. Entretanto, deixo de aplicar a referida penalidade, ante a irregularidade corresponder, quando considerada de forma isolada, a aproximadamente apenas 0,16% do montante total de receitas arrecadadas pelo partido no exercício em exame (R\$ 454.706,68).

Desse modo, CONDENO o Partido à devolução, ao Tesouro Nacional, do montante de R\$ 71.710,64 (R\$ 710,64 + R\$ 11.000,00 + R\$ 60.000,00). Além disso, com base nos artigos 37, da Lei 9.096/95, e 48, da Resolução 23.604/2019, e considerando a gravidade das irregularidades identificadas e o percentual correspondente ao conjunto delas, CONDENO o Partido à multa de 10% do valor em análise.

Dr. ADRIANO SANT'ANA PEDRA
JUIZ RELATOR

DOCUMENTOS DA DG

PORTARIAS

PORTARIA Nº 504 DE 15/08/2024

A Diretora Geral em substituição do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, no uso das suas atribuições legais, regimentais, e as conferidas pelo art. 19, I, da Resolução TRE-ES nº 63/2023, RESOLVE

I - INSTITUIR Equipe de Planejamento da Contratação de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), nos seguintes termos:

Autos SEI nº	0004389-19.2024.6.08.8000
Solução de STIC	<i>Licença de uso, para 2 usuários, de ferramenta, para análise de comportamento de malware, que permita: a análise da execução do malware em tempo real; o acompanhamento de requisições de rede; o monitoramento dos processos alterados pelo malware; o mapeamento Mitre Att&ck; e crie grafo comportamental.</i>
Equipe de Planejamento da Contratação	
Integrantes	OLGA BAYERL VITA (titular)
Demandantes	CARLOS EDUARDO LAQUINE (substituto)

Integrantes	CARLOS EDUARDO LAQUINE (titular)
Técnicos	OLGA BAYERL VITA (substituto)
Integrantes	CARLOS ALBERTO DA ROCHA PADUA FILHO (titular)
Administrativos	MARCOS VENTUROT FERREIRA (substituto)

II - ESTABELECER que a destituição da Equipe ocorrerá automaticamente quando homologada a licitação ou autorizada a contratação pelo Exmo. Sr. Des. Presidente deste TRE-ES.

Leila de Almeida Gomes

Diretora Geral em substituição

PORTARIA Nº 505 DE 15/08/2024

A Diretora Geral em substituição do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, no uso das atribuições legais regimentais, e as conferidas pelo art. 19, II, da Resolução TRE-ES nº 63/2023, RESOLVE

I - INSTITUIR Equipe de Gestão Contratual, nos seguintes termos:

Autos SEI nº	0004389-19.2024.6.08.8000
Objeto Contratual	Contratação para aquisição de <i>Licença de uso, para 2 usuários, de ferramenta, para análise de comportamento de malware, que permita: a análise da execução do malware em tempo real; o acompanhamento de requisições de rede; o monitoramento dos processos alterados pelo malware; o mapeamento Mitre Att&ck; e crie grafo comportamental.</i>
Equipe de Gestão Contratual	
Gestores	DIRCEU ROQUE ZANOTELLI JUNIOR (titular)
Contratuais	LEONARDO JANTORNO (substituto)
Fiscais	OLGA BAYERL VITA (titular)
Demandantes	CARLOS EDUARDO LAQUINE (substituto)
Fiscais	CARLOS EDUARDO LAQUINE (substituto)
Técnicos	OLGA BAYERL VITA (substituto)
Fiscais	CARLOS ALBERTO DA ROCHA PADUA FILHO (titular)
Administrativos	MARCOS VENTUROT FERREIRA (substituto)

II - CONDICIONAR o início das atividades da Equipe à efetiva assinatura do contrato de que tratam os supracitados autos.

Leila de Almeida Gomes

Diretora Geral em substituição

EDITAIS

EDITAIS

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 000070-93.2017.6.08.0000

PROCESSO : 000070-93.2017.6.08.0000 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (Vitória - ES)

RELATOR : Juiz Estadual 2 - Dra. ISABELLA ROSSI NAUMANN CHAVES

FISCAL DA LEI : Procuradoria Regional Eleitoral - ES

REQUERENTE : TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPIRITO SANTO

REQUERIDO : PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC DO B) - ESTADUAL

ADVOGADO : JOSANDRA DE OLIVEIRA ROSA (20405/ES)